

**RECLAMAÇÃO Nº 39.417 - SP (2019/0358725-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECLAMANTE** : ADILSON LUIZ XAVIER  
**ADVOGADO** : JOÃO BATISTA DE LIMA RESENDE - SP0136890  
**RECLAMADO** : JUIZ DE DIREITO DA DA 1A VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES  
CRIMINAIS E CORREGEDORIA DA POLICIA JUDICIARIA DE  
SUMARÉ - SP  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DESPACHO**

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por ADILSON LUIZ XAVIER, em face do descumprimento do acórdão proferido nos autos do Habeas Corpus n. 499.221/SP, de minha relatoria.

Consta dos autos que a Vara de Execuções Criminais da Comarca de Sumaré-SP houve por bem atribuir efeito suspensivo ao agravo em execução criminal, em manifesta discordância ao que restou decidido nesta Corte, no sentido de se anular o julgamento do recurso para restabelecer a decisão de primeiro grau que havia concedido o indulto e extinta a punibilidade em relação a pena privativa de liberdade imposta na APn 0008135-91.2007.8.26.0604, da 2ª Vara Criminal de Sumaré/SP.

Daí a presente reclamação, em que se alega que a decisão combatida está em nítido confronto com a concessão de ordem do HC n. 499.221/SP.

É o relato.

Antes da análise da liminar faz-se necessário a vinda de informações da autoridade reclamada.

Após prestadas, à conclusão.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator